

JONATHAN DIEGO DILL

O FOCEM E O ESFORÇO DE INTEGRAÇÃO NO MERCOSUL

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Economia, no Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Mariano de Matos Macedo

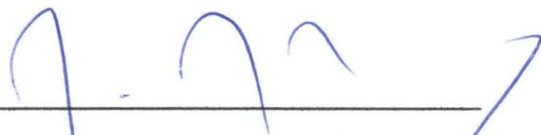
CURITIBA
2013

TERMO DE APROVAÇÃO


JONATHAN DIEGO DILL

O FOCEM E O ESFORÇO DE INTEGRAÇÃO NO MERCOSUL

Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banda examinadora:



Orientador: Prof. Dr. Mariano de Matos Macedo
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná



Prof. Dr. Huascar Fialho Pessali
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná



Prof. Alexandro Eugenio Pereira
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes
Universidade Federal do Paraná

Curitiba, dia oito de agosto de 2013.

RESUMO

O processo de integração sul-americano, do qual o Brasil faz parte, iniciou-se antes da assinatura do Tratado de Assunção em 1991. Antes de firmar a criação do MERCOSUL, algumas iniciativas aproximaram os países da região, como a ALADI e a ALALC. Nesse contexto, as teorias da Cepal sobre a região foram fundamentais para concepção da integração. Contemporaneamente, o FOCEM procura dirimir as disparidades materiais entre os países membros. Trata-se de uma instituição que vem fortalecer o processo integracionista. O presente trabalho procurou discutir o Fundo de Convergência como instrumento estabilizador entre economias em desenvolvimento. O FOCEM aumenta o interesse das economias menores na integração regional, destacando o protagonismo brasileiro.

ABSTRACT

The South American integration process, in which Brazil takes role, has started before the signing of Asunción Treaty in 1991. Before the establishment of Mercosur, few initiatives approached countries in the region such as The Latin Free Trade Association (LFTA) and Latin American Integration Association (ALADI). In this context, The United Nations Economic Commission for Latin America and the Caribbean's theories about regionalism were essential for the integration concept. Currently, The Convergence Fund (FOCEM) seeks to diminish the material disparities among Mercosur's members. The Fund strengthens the integration process. The present study aimed to discuss the Convergence Fund as a stabilizer instrument among the developing economies. This last initiative increases the interest of smaller economies in the regional integration, highlighting brazilian's protagonism.

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 TEORIA GERAL DA INTEGRAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO CEPALINO	9
3 HISTÓRIA DO MERCOSUL E DO PROCESSO INTEGRACIONISTA ATÉ O TRATADO DE ASSUNÇÃO.....	13
4 HISTÓRIA DO MERCOSUL E DO PROCESSO INTEGRACIONISTA APÓS O TRATADO DE ASSUNÇÃO.....	20
5 A INICIATIVA DO FOCEM	29
6 O BALANÇO DA CONVERGÊNCIA , CONCLUSÕES ACERCA DO PROCESSO INTEGRACIONISTA E O FUNDO DE CONVERGÊNCIA	39
REFERÊNCIAS.....	42

1 INTRODUÇÃO

Composto por Brasil, Argentina, Paraguai¹, Uruguai e Venezuela², o Mercado Comum do Sul é constituído em um momento de alinhamento das diplomacias do Cone Sul à agenda liberalizante, aperfeiçoando os objetivos originais da relação bilateral Brasil-Argentina. De 1991 a 1994, o MERCOSUL concentrou seus esforços na dimensão econômico-comercial, estando na base de sua criação o objetivo da formação da União Aduaneira e as livres trocas de capital e trabalho.

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) evidenciou o caráter dependente das economias latino-americanas. A dependência latino-americana é oriunda de um processo histórico que permeia, não só a economia, mas também a política, o que a torna um processo complexo e diverso, uma vez que cada país latino-americano expressa uma característica única de dependência econômica. A integração sempre foi considerada pelo pensamento cepalino, desde seu manifesto de 1949. O regionalismo aberto, consoante Cepal (1994), apresenta-se como uma teoria adaptada à realidade latino-americana das décadas de 1980 e 1990. Não obstante, representa uma concessão às teorias de matiz neoclássico, embora matenha parte importante das teses estruturalistas.

O aspecto econômico é o núcleo do processo de integração que converge com a criação do MERCOSUL, contudo, o projeto integracionista guarda premissas e expectativas políticas que fundamentaram o diálogo bilateral de Brasil e Argentina. Dessa forma, ambos os países se projetam com o robustecimento do processo, dando sentido político-econômico imprescindível à estabilidade do Cone Sul, aspirada pelas duas nações.

A história do MERCOSUL não começa com a assinatura do Tratado de Assunção em 1991. As iniciativas de integração começam no período posterior à Segunda Guerra por meio do desenho institucional cepalino. As sucessivas crises do preço do petróleo na década de 1970 frustram o projeto de crescimento das economias latino-americanas. A década de 1980 foi, para os maiores países do bloco, um momento de reestruturação das prerrogativas do estado e de democratização. No caso específico da Argentina, a Guerra das Malvinas significou maior aproximação com o Brasil.

¹. Na 43ª cúpula do Mercosul, o Paraguai foi suspenso até novas eleições presidenciais democráticas.

². A Venezuela foi admitida no Mercosul em 31 de julho de 2012.

A assinatura do Tratado de Assunção formalizou um movimento de entendimento e de distensão dos países. A hiperinflação e a, conseqüente, atenção às economias domésticas postergam para a década de 1990 a firma do tratado constitutivo. Os anos de 1991 e 1998 são importantes para a autoestima do bloco, que assiste ao crescimento do comércio intrarregional. Esse crescimento é superrestimado, na medida em que o comércio intrarregional é associado ao estabelecimento do bloco e à queda ascendente de alíquotas propiciado em momento de abertura, sem igual, das economias da América do Sul.

As disparidades materiais entre os membros do MERCOSUL são gigantes, não só em relação às suas economias, mas seus contingentes populacionais, distribuição de renda, dotação de infraestrutura, saúde e educação. O Fundo de convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) é criado em momento importante para o bloco. O intuito do Fundo é dirimir as diferenças evidenciadas entre os membros, por meio de projetos financiados, em sua maior parte, pelas economias mais fortes da região. Com efeito, as ações implementadas pelo FOCEM sinalizam a seriedade do projeto integracionista e possibilita que as economias mais frágeis visem esse projeto, uma vez que passam a se beneficiar, assim como as maiores economias, do processo de aprofundamento institucional.

Em termos de aprofundamento, as iniciativas direcionaram-se a ajustes institucionais, projetos de infra-estrutura, na correção de assimetrias econômicas e sociais presentes nos países do bloco. Para lidar com esses aspectos, foi criado em 2004, e estabelecido em 2005 o FOCEM (Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL). Os objetivos oficiais do FOCEM são definidos em três pilares: convergência estrutural, competitividade e coesão social. Setores como os de energia e tecnologia igualmente merecem crescente atenção, com foco nos biocombustíveis. Desde 2008, também se estabeleceu o Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) entre Brasil e Argentina para que as importações e exportações possam ser realizadas em suas moedas nacionais.

O presente trabalho tem o intento de fomentar um melhor entendimento acerca do processo de integração e da mudança proporcionada pela instituição do FOCEM. Interpretar o processo de integração a partir das assimetrias nacionais é fundamental para compreender o MERCOSUL. As disparidades materiais obstruem ações que contribuem para o aprofundamento do Mercado Comum. Os 22 anos de projeto integracionista refletem os percalços pelos quais as economias passaram e

de que maneira o MERCOSUL foi importante para a estabilização das economias regionais.

A coordenação política desenvolvida no contexto do MERCOSUL é preponderante na projeção internacional brasileira. Somente com a estabilidade das relações diplomáticas regionais o país poderá ser legítimo em sua ação como interlocutor regional das economias latino-americanas. A harmonia dos objetivos entre os países latino-americanos passa pela criação de um espaço comum de confiança pautado na integração progressiva de suas sociedades, cadeias produtivas e infraestrutura. Na posição de maior economia da região, cabe ao Brasil o protagonismo em relação ao processo. O papel de destaque, exercido pela economia brasileira, compreende a mensuração contínua das expectativas, em especial das economias menores, sobre as vantagens criadas com o fortalecimento do bloco.

2 TEORIA GERAL DA INTEGRAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO CEPALINO

A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe sempre considerou, com a devida ênfase, as restrições externas para o desenvolvimento da América Latina. O pensamento Cepalino evoluiu do esquema centro-periferia da década de 1950, influenciado pelo seu manifesto de criação de 1949, para a teoria da dependência dos anos 1970. O tema da questão externa tornou-se mais complexo, pois novas variáveis, políticas e sociológicas, foram incorporadas ao pensamento da década de 1970. A teoria da dependência explicitou que os países sul-americanos sofriam de restrições externas e de restrições internas. O desenvolvimento não era mais um problema circunscrito à economia, a política, desse modo, dividia com o econômico as razões de ser da América Latina.

Uma forma de analisar as relações externas que sempre esteve gestada na Cepal e que ganhara forma nos anos de 1980 e 1990 foi o processo de integração por meio de acordos e a formação de blocos regionais, como foi a experiência inicial do MERCOSUL. O regionalismo aberto da década de 1990, além de se pretender colocar na esteira evolutiva do pensamento histórico estruturalista Cepalino, certamente causou rupturas ao se inspirar nas versões contemporâneas do pensamento neoclássico, criticado historicamente pela própria Cepal (CORAZZA, 2006).

O regionalismo aberto representou uma evolução histórica do pensamento Cepalino sobre a inserção da América Latina na economia internacional durante o processo acentuado de globalização da década de 1990. A dificuldade em se definir o conceito surge das contradições imbuídas em seus termos, de um lado, “regionalismo” remete a certo espaço, enquanto, “aberto” indica que não há restrições, limites, fronteiras. Cepal (1994) define o regionalismo como:

“(...) um processo de crescente interdependência no nível regional, promovida por acordos preferenciais de integração e por outras políticas, num contexto de liberalização e desregulação capaz de fortalecer a competitividade dos países da região e, na medida do possível, constituir a formação de blocos para uma economia internacional mais aberta e transparente”

O conceito inspira-se em pontos importantes da teoria estruturalista e na teoria do novo regionalismo de matiz neoclássico. O regionalismo aberto não entende a integração como um obstáculo, mas como um meio para a maior liberalização das atividades comerciais, da diversificação industrial e da diminuição da vulnerabilidade externa. A crescente interdependência e o viés do mercado em promover a liberalização são conciliados com o regionalismo aberto, uma vez que políticas regional-integracionistas são compatíveis com políticas de promoção de maior competitividade internacional.

A América Latina implantou um modelo de desenvolvimento fechado, em um primeiro momento, voltado para dentro, conhecido usualmente por industrialização por substituição de importações (TAVARES, 1964). Desde a criação da Cepal, em 1948, na seara de instituições do sistema onusiano, a integração é entendida como fundamental para o sucesso dos países envolvidos. A América Latina não deixou de receber influências nas transformações ocorridas no mundo pós-II Guerra Mundial, sendo que a noção de desenvolvimento passou por uma elaboração, inclusive da própria noção de integração latino-americana advogada pela Cepal.

Nos anos 1990, com o fim da bipolaridade e com a ascensão normativa das políticas de cunho neoclássico, a teoria do regionalismo aberto emerge como uma nova proposta de desenvolvimento e de integração, dessa vez, voltada para fora e pró-liberalização econômica. O MERCOSUL é um projeto político-estratégico que conserva sua originalidade, pois, inserido na América Latina, fomenta a integração das variáveis, políticas e sociológicas, sem perder o alcance sobre o aspecto econômico, nuclear do processo.

Na prática, o “regionalismo aberto” promoveu a abertura, a liberalização, a privatização, as reformas estruturais de cunho liberalizante e as políticas macroeconômicas alinhadas ao Consenso de Washington, na expressão de autoria de John Williamson, que foram implementadas na região, nos anos 1990. Dessa forma, pode-se dizer que a Cepal adotou um discurso liberal tingido por teses estruturalistas (CORAZZA, 2006). Com efeito, o papel do Estado na teoria Cepalina foi preponderante, nunca tendo sido afastado. Da teoria original à teoria do regionalismo aberto, o papel do Estado mudou radicalmente quando comparado com seu papel definido nos marcos do velho estruturalismo Cepalino. Hodiernamente, esse papel fica reduzido à “promoção mais eficiente da competitividade internacional”, como dizem os novos teóricos da Cepal. O governo tem o papel de

gerar estruturas flexíveis de coordenação dos negócios que facilitem a transferência de tecnologia, a criação de redes de informação e abertura de canais para o diálogo, a reflexão e a construção de consensos e a mobilização de recursos de apoio. Cabe-lhe, ainda, promover a cooperação entre o setor público e o setor privado e preencher algumas exigências sistêmicas para a competitividade, ou, ainda, corrigir distorções de mercado (CORAZZA, 2006).

Em uma abordagem histórico-analítica que remonta à ordem econômica que emerge após a Segunda Guerra Mundial, é desenhado o contexto internacional em que surge o MERCOSUL (BARBIERO e CHALOULT, 2001). A mudança acentuada ocorrida na ordem econômica mundial, da década de 1980 aos dias de hoje, ocasionou a mudança do paradigma pelo qual o MERCOSUL é concebido pelo Brasil. Na década de 1980, sobre efeitos da inflação e dos processos de redemocratização de suas sociedades, havia nos governos de Alfonsín e Sarney a compreensão de duas questões: a primeira, de que era um processo político; e a segunda, de que era uma iniciativa necessária à defesa dos interesses econômicos e políticos da Argentina e do Brasil, em um sistema internacional cada vez mais competitivo estabelecido em uma nova ordem econômica internacional.

Os princípios fundamentais desse processo foram definidos, na aproximação dos dois países, como gradualismo, equilíbrio, flexibilidade e participação social. O equilíbrio de benefícios foi considerado essencial para solidificar a cooperação e difundir uma percepção de solidariedade e sentido comum nas duas sociedades, dissolvendo conceitos, estereótipos e rivalidades (GUIMARÃES, 2006, p.378). Todavia, os desdobramentos domésticos e internacionais iriam afetar o curso desse projeto.

Processos de integração econômica como o MERCOSUL estão vinculados a tocantes da soberania e do território, portanto, apresentam aspectos políticos, sociais e culturais muito importantes. Defensores desse processo, por vezes, procuram apresentá-lo como um fenômeno puramente técnico e econômico, tolhendo as consequências políticas implicadas pelo processo integracionista. A não-observância ao detalhamento político envolvido pode resultar em dificuldades na execução de projetos, fatos que aparecem como inesperados, surpreendentes, ilógicos aos propagadores de uma integração estritamente econômica.

No início dos anos 1990, apesar dos esforços para coordenar as iniciativas dos membros do MERCOSUL – o chamado MERCOSUL político- e em parte pela

ausência de instituições políticas comuns , no período Menem/ Collor/Cardoso não houve uma ação política planejada conjuntamente. A Argentina de forma ousada e midiática, muitas vezes recebida pelo Brasil de maneira discreta, tradicional e responsável, iniciou ações que foram mais tarde aceitas e mesmo seguidas pelo bloco. (GUIMARÃES, 2006, p.409). Esse processo poderia deixar um observador externo com a ilusão da existência de uma atuação coordenada e planejada no MERCOSUL desde 1990.

O foro de Consulta e Concertação Política do MERCOSUL (FCCP) enfatizou a implementação da cláusula democrática , o que levou à adoção do protocolo de Ushuaia pelos países do MERCOSUL , Bolívia e Chile. Um segundo foco do FCCP foi o esforço de desarmar as Forças Armadas da região nos campos nuclear, biológico e químico. A declaração de Ushuaia, que menciona em seu preâmbulo o Tratado de Tlateloco e a Declaração de Mendoza, transformou o MERCOSUL , a Bolívia e o Chile em uma zona de paz. O compromisso democrático, *ou cláusula democrática*, é um desvio do tradicional princípio sul-americano da não intervenção em assuntos internos e pode gerar, no futuro, questões delicadas no momento de sua implementação, com sua aplicação seletiva e manipulada por pressões externas (GUIMARÃES, 2006, p.408).

A transformação, em 1991, do Programa de Integração e Cooperação Econômica Brasil-Argentina (PICE) em MERCOSUL, devido à assinatura do Tratado de Assunção, fez abandonar os aspectos desenvolvimentistas do PICE de 1986. O PICE tinha como estratégia central superar a rivalidade econômica e política entre Brasil e Argentina, por meio de um processo equilibrado de abertura comercial, do fomento à criação de mecanismos de desenvolvimento industrial e tecnológico, bem como da coordenação de políticas industriais.

O Tratado de Assunção transformou o PICE em um programa de redução automática e de eliminação de barreiras comerciais. Criou uma zona de livre comércio que incluía o Paraguai e o Uruguai e uma União Aduaneira com uma Tarifa Externa Comum, com níveis de alíquotas médios inferiores aos vigentes. Daí a origem da expressão regionalismo aberto, cunhada pela Cepal (1994), para justificar o regionalismo em uma época de globalização e derrubada de barreiras, apresentando os esquemas de integração periféricos como meras etapas do processo de globalização (GUIMARÃES, 2006, p.381).

3 HISTÓRIA DO MERCOSUL E DO PROCESSO INTEGRACIONISTA ATÉ O TRATADO DE ASSUNÇÃO

Os países da América Latina, em especial os países do MERCOSUL, começaram a década de 1980 em crise. Após os dois choques do petróleo durante a década de 1970, os países da região foram diretamente afetados pelas bruscas mudanças no quadro econômico internacional e pela nova ordem internacional que se desdobrava com o dinamismo de novos polos econômicos.

O final da década de 1970, mais especificamente o ano de 1979, foi marcado por um duplo choque no plano econômico internacional: o segundo choque no petróleo oriundo da revolução iraniana e o choque da taxa de juros norte-americana.

As economias latino-americanas eram muito dependentes do petróleo importado, um insumo básico. Com a elevação dos preços internacionais do petróleo, houve a maior necessidade de aquisição de divisas internacionais nos mercados mundiais, o que extroverteu as economias da região ainda mais pela necessidade conjuntural de garantir o abastecimento de petróleo, sob o risco de paralisia das economias nacionais.

Paul Volcker, presidente do Federal Reserve (FED), aumentou as taxas de juros praticadas pela economia americana no ano de 1979 para conter o processo de inflação que atingia os Estados Unidos. O aumento dos juros atraiu os capitais internacionais para a economia americana, restringindo ainda mais a liquidez internacional. Segundo (TAVARES, 1985), os desdobramentos da política econômica interna dos Estados Unidos, de 1979 até a segunda metade da década de 1980, foram no sentido de reverter as tendências da dinamização da economia mundial, a produção que ressurgia na Europa e no Japão, e retomar o controle financeiro internacional por meio da chamada “diplomacia do dólar forte”.

A estrutura do financiamento externo das economias latino-americanas residia em cláusulas de juros flutuantes. As mudanças repentinas nas condições de liquidez sobrelevaram as taxas praticadas pelos credores. Os serviços das dívidas externas oneraram as economias latino-americanas. A redução dos empréstimos foi ainda mais violenta depois da crise do México, em 1982, pois nessa ocasião o sistema bancário privado, nos Estados Unidos, passou a ficar sobre o controle do FED (TAVARES, 1985).

A eleição de Ronald Reagan, em 1981, mudou o perfil da política externa

norte-americana para a América Latina. A “Doutrina Reagan”, como ficou conhecida, explicitava um aspecto de contenção comunista no plano internacional. Para tanto, a América Central e América do Sul passaram a ser consideradas estratégicas para a ação global norte-americana. Em relação à América Central, ainda na década de 1970, a região se tornou conturbada com a vitória da Revolução Sandinista na Nicarágua e com a escalada crescente da guerra civil em El Salvador. A radicalização ideológica e conflitos sangrentos com envolvimento crescente dos Estados Unidos passaram a ser prioridade para a política externa, que não admitia tais eventos nas zonas de influência americana, principalmente considerando-se a proximidade geopolítica.

Para a América do Sul, a temática mais importante foi o combate ao narcotráfico, o que expôs países como Bolívia, Peru e Colômbia. A política de repressão ao narcotráfico concentrou-se em reprimir a oferta. As áreas produtoras, distantes dos centros de consumo, eram objeto da política externa, evitando, dessa maneira, os custos para a política interna em se combater os consumidores, potenciais eleitores, por meio de medidas repressivas no plano interno.

Além da política externa norte-americana e das influências da economia internacional sobre os países da região, aspectos relacionados à própria evolução política dos Estados nacionais tiveram grande importância para a inserção internacional da região na década de 1980 e para desdobramentos políticos regionais de profundo alcance (ALTEMANI DE OLIVEIRA e LESSA, 2006, p.64). Um exemplo foi a aventura militar argentina na tentativa de reconquista sobre o território das Ilhas Malvinas.

A Guerra das Malvinas , em 1982, foi imprescindível para a redemocratização do país. Dessa maneira, os resultados da guerra foram fundamentais na aproximação entre Buenos Aires e Brasília. A guerra demonstrou de maneira inequívoca o que significava, para os Estados Unidos, a América Latina. Os norte-americanos, naquele episódio, não vacilaram e ficaram ao lado da Inglaterra no conflito (ALTEMANI DE OLIVEIRA e LESSA, 2006, p.65). A crise da dívida externa, a esterilização do diálogo Norte-Sul, a intervenção norte-americana na América Central e no Caribe, a contra ofensiva inglesa sobre as Malvinas com o apoio dos Estados Unidos, as retaliações econômicas impostas pelo Norte contra a Argentina , entre outros elementos, contribuíram para unir o continente latino-americano (CERVO e BUENO, 2008, p. 450).

Para a integração regional, os regimes nacionalistas de exceção significaram uma barreira quase intransponível. A aproximação entre Brasil e Argentina, contudo, ocorreu durante a vigência dos regimes civil-militares. Em 1979, logo no início da administração do general João Batista Figueiredo, Brasil e Argentina firmam com o Paraguai o Acordo Tripartite que pôs fim à desgastante rivalidade em torno do aproveitamento para fins energéticos dos rios da Bacia da Prata (CERVO, 2008, p.161). A criação da usina hidrelétrica de Itaipu significou um atamento dos países-partes em torno da questão energética. Tratando-se de uma questão geopolítica, a iniciativa convergiu os três países, significando, ainda, uma resolução sobre territórios, que o parque nacional de Itaipu inundou em sua construção.

No ano seguinte, em 1980, uma questão mais sensível impunha-se nas pautas dos dois países eixo do que seria o Mercado Comum do Sul. Brasil e Argentina, procurando frear a competição militar, resolveram, por meio da ação de seus generais-presidente, estabelecer um segundo passo decisivo para a criação de condições favoráveis à integração. O Acordo de Cooperação Nuclear criou a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares, uma agência associada à Agência Internacional de Energia Atômica, para a maior transparência sobre os usos da energia atômica, o que gera um ambiente de confiança mútua e colabora, construtivamente, com as políticas de não-proliferação nuclear, que ambos os países aderiram no âmbito internacional. O Acordo de Cooperação Nuclear, ao encerrar a corrida nuclear, punha fim a outra árdua rivalidade de possíveis efeitos desastrosos para ambos os lados.

Ao equacionar o contencioso hidrelétrico e o tema nuclear, Brasil e Argentina estavam chamando a si um entendimento capaz de gerar profunda confiança mútua a converter operacionalmente, em medidas bilaterais e regionais, uma interpenetração envolvendo o âmago dos Estados. A ideia de integração resultava, pela lógica, o ponto de chegada dessa convergência (CERVO, 2008, p.161). A superação dessas questões fez com que desentendimentos de longa data fossem resolvidos da melhor forma possível, construindo um maior entendimento entre os dois países. Desde o início do governo Figueiredo, as relações com a Argentina encaminharam-se em direção à fase integracionista, que os presidentes Raúl Alfonsín e José Sarney iriam desencadear (CERVO e BUENO, 2008, p. 453).

Em 1986, Brasil e Argentina firmaram doze protocolos de cooperação, acoplando seus projetos de desenvolvimento nos setores afetos ao sistema produtivo. Esses processos refletem a filosofia política da época, o desenvolvimentismo cepalino, porque propunham a integração a serviço dos sistemas produtivos, reforçando, primordialmente, o incremento do comércio. A ideia de integração macroeconômica que esteve em mente no início do processo será sacrificada à experiência liberal comercialista no início dos anos 1990 (CERVO, 2008, p.161). Os protocolos firmados, devido ao entendimento da importância da relação bilateral, pelos dois presidentes, Sarney e Alfonsín, ficaram conhecidos como Ata do Iguaçu, um último documento imbuído dessa filosofia política. Os acordos Sarney-Alfonsín dos anos 1980 correspondiam a um projeto neoestruturalista de integração, estratégico do ponto de vista econômico e político. Já o Tratado de Assunção de 1991, que criou o MERCOSUL, imbuu-se da filosofia política do Estado normal que impregnou os governos de Fernando Collor de Mello e Carlos Saúl Meném. (CERVO e BUENO, 2008, p. 483). O Estado normal é entendido em (CERVO e BUENO, 2008) como um Estado de burocracia enxuta, praticante de políticas macroeconômicas alinhadas ao Consenso de Washington no plano interno e inserido nas práticas do regionalismo aberto no plano externo.

Consoante Cepal (1994):

Lo que diferencia al regionalismo abierto de la apertura y de la promoción no discriminatoria de las exportaciones es que comprende un ingrediente preferencial, reflejado en los acuerdos de integración y reforzado por la cercanía geográfica y la afinidad cultural de los países de la región.

Em 1986, o Programa de Integração e Cooperação Econômica Brasil-Argentina foi firmado com o objetivo de aproximar as cadeias produtivas e a infraestrutura. Dois anos após a Ata de Iguaçu, em 1988, foi firmado o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento. Foi convidado, na oportunidade, o presidente do Uruguai, Júlio Sanguinetti, para participar do encontro, analisar as propostas e, no futuro, associar-se ao projeto. A participação do Uruguai, uma

economia relativamente menor, poderia ser um treinamento para que não se repetisse fricções entre economias maiores e menores.

Em 1988, é celebrado, em Buenos Aires, por Sarney e Alfonsín, o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento entre Brasil e Argentina, consolidando o processo de aproximação bilateral e estabelecendo mecanismos para a criação de um espaço econômico comum no prazo máximo de dez anos.

Desde a Ata de Iguaçu até demais acordos, a prioridade recaía sobre a dimensão bilateral, procurando seu aprofundamento gradual antes da ampliação para outros países da América do Sul. O prazo de dez anos a contar a partir de 1988 era considerado ideal na consecução dos objetivos. Entretanto, o fim do desafio Leste-Oeste no sistema internacional condicionou a uma reavaliação das políticas externas no tocante ao bilateralismo e à América do Sul. A adesão às políticas alinhadas à normatividade do Consenso de Washington e aos projetos de integração regional patrocinados pelos Estados Unidos da América na região alterou o ritmo do processo de integração em curso desde os regimes de exceção.

No dia 26 de março de 1991, em Assunção, os presidentes do Paraguai, Argentina, Uruguai e Brasil, assinaram o Tratado de Assunção que deu nascimento ao Mercado Comum do Sul, ou MERCOSUL. Quatro países de uma mesma região aceitaram criar um mercado comum estabelecendo o dia 31 de dezembro de 1994 como prazo para a concretização do bloco econômico. Segundo o Tratado de Assunção de 1991:

Considerando que a ampliação das atuais dimensões de seus mercados nacionais, através da integração, constitui condição fundamental para acelerar seus processos de desenvolvimento econômico com justiça social; Entendendo que esse objetivo deve ser alcançado mediante o aproveitamento mais eficaz dos recursos disponíveis, a preservação do meio ambiente, o melhoramento das interconexões físicas, a coordenação de políticas macroeconômicas e a complementação dos diferentes setores da economia, com base nos princípios de gradualidade, flexibilidade e equilíbrio; Tendo em conta a evolução dos acontecimentos internacionais, em especial a consolidação de grandes espaços econômicos, e a importância de lograr uma adequada inserção internacional para seus países; Expressando que este processo de integração constitui uma resposta adequada a tais acontecimentos; Convencidos da necessidade de promover o desenvolvimento científico e tecnológico (...) e de modernizar suas economias para ampliar a oferta e a qualidade dos bens de serviço disponíveis, a fim de melhorar as condições de vida de seus habitantes; Reafirmando sua vontade política de deixar

estabelecidas as bases para uma união cada vez mais estreita entre seus povos, com a finalidade de alcançar os objetivos supramencionados. (...) Os Estados Partes decidem constituir um Mercado Comum, que deverá estar estabelecido a 31 de dezembro de 1994, e que se denominará "Mercado Comum do Sul". (Tratado de Assunção, 1991)

Dessa forma, em um contexto de alinhamento das diplomacias dos países fundadores às políticas concebidas pelo regionalismo aberto, é criado o MERCOSUL. Integrou-se, naquele momento, uma área de 11 milhões de quadrados, mais da metade da América do Sul, onde a população passava dos 200 milhões de habitantes. A fase inicial foi, fortemente, concentrada na dimensão comercial durante os anos de 1991 a 1994. Nesse período, as discussões referentes ao comércio respeitaram as demandas do General Agreement on Tariffs and Trade (GATT).

A integração regional é uma realidade mundial em processo desde, pelo menos, a intensificação da Globalização. Da década de 1980 à fundação do MERCOSUL, os processos de regionalização foram renovados e relançados sobre a nova realidade do sistema internacional. A queda do muro de Berlim, em 1989, e o fim da União Soviética, em 1991, eram sinais de uma nova ordem econômica internacional, agora, profundamente, abalada pela reestruturação do sistema capitalista, do sistema financeiro, da desregulamentação, do papel do Estado.

Para o Brasil e para os países signatários do Tratado de Assunção, partes do MERCOSUL, a integração ,formalizada em 1991, era a tentativa de conter os prejuízos advindos de uma liberalização comercial cada vez mais agressiva (ALTEMANI DE OLIVEIRA e LESSA, 2006, p.68). Trata-se, no dizer de (LAFER, 2009, p.83) de uma continuidade da política de inserção controlada no sistema internacional praticada desde a independência pelo Brasil. A globalização, notadamente, a partir da década de 1980, encurtou os espaços e acelerou o tempo. Esses fenômenos afetam o Brasil de maneira não uniforme devido à característica de inserção do país, competitivo em alguns setores e tolhido de tecnologias em outros.

O tempo das finanças é o tempo on-line dos fluxos de capitais, que na sua volatilidade tem condicionado países a crises nos mercados emergentes, afetando o Brasil direta ou indiretamente devido à crescente interdependência econômica e produtiva gerada pelo processo de globalização. Nesse aspecto reside a relevância

das negociações sobre a nova “arquitetura financeira” no G20 para o Brasil.

O tempo da mídia é outro tempo on-line. Provoca na opinião pública a repercussão dos eventos de maneira imediata. Essa repercussão fragmenta a agenda da opinião pública, leva ao monitoramento e às reações constantes aos sinais do mercado e da vida política e cria, conseqüentemente, um ambiente de excessiva concentração no momento presente, em detrimento da necessária atenção ao embasamento no passado e às implicações futuras do evento em pauta. O foco nos acontecimentos e a falta de foco nos processos provenientes da natureza do tempo da mídia é um desafio constante para a construção do soft-power da credibilidade internacional do país – um desafio que adquire outra magnitude no sistema internacional pós-Guerra Fria, com a internacionalização do mundo na realidade brasileira (LAFER, 2009, p.119).

No processo de integração desdobrado até a assinatura do Tratado de Assunção, o Brasil procurou manter, consoante (CERVO, 2008), sua vocação industrial conquistada no processo de substituição de importações, medindo sua inserção em um mundo com intenso processo de reorganização política e econômica. A inserção controlada possibilitada pelo regionalismo aberto buscou no entendimento com os países partes, principalmente no eixo bilateral Brasil-Argentina, promover o desenvolvimento e conservar a industrialização.

4 HISTÓRIA DO MERCOSUL E DO PROCESSO INTEGRACIONISTA APÓS O TRATADO DE ASSUNÇÃO

O Tratado de Assunção, de 1991, formalizou o processo de integração engendrado pelos dois países eixos para a formação de um Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). O tratado incorporou os mecanismos anteriormente acordados entre Brasil e Argentina, adotando ainda como estrutura, entre outras decisões, o Conselho do Mercado Comum (CMC), órgão supremo intergovernamental, e o Grupo Mercado Comum (GMC), órgão executivo e coordenador dos dez subgrupos de trabalho.

O Tratado de Assunção é dividido em capítulos, artigos e vários anexos. O acordo prevê livre circulação de bens, serviços e fatores de produção. É um pouco ousado, mas está dentro dos princípios corretos para criar um Mercado Comum (ALTEMANI DE OLIVEIRA e LESSA, 2006, p.71). Não é fácil aceitar que a livre circulação de mão-de-obra não especializada ocorra brevemente entre os países membros. Os desafios reais da Infraestrutura são outros pontos que dificultam o estabelecimento pleno do Mercado Comum.

A década de 1990 foi conturbada para ambos os países eixos que sofriam de processos de inflação. Nesse contexto, os presidentes optaram por assegurar o processo, resolvendo primeiro os desafios da economia doméstica. Em 1º de abril de 1991, durante a presidência de Carlos Saúl Meném, é adotado o Plano Cavallo para a estabilização econômica da Argentina, o que concentrou a atenção das autoridades para o plano interno.

Composto naquele momento por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, o MERCOSUL foi criado em um contexto de adesão das diplomacias da América do Sul a uma agenda de alinhamento às políticas emanadas do Consenso de Washington, o que gerou uma reconfiguração do papel do Estado e das possibilidades dos Estados partes.

De 1991 a 1994, O MERCOSUL concentrou-se na dimensão econômico-comercial, objetivando majoritariamente a formação da União Aduaneira e das livres trocas de capital e trabalho. O Brasil buscou preservar a dimensão de autonomia do MERCOSUL com a presidência de Itamar Franco. Fernando Henrique Cardoso e Celso Amorim, em suas respectivas gestões no Ministério das Relações Exteriores, tornaram o MERCOSUL “prioridade número um” da agenda internacional. Em clara

confirmação do que exprime (LAFER, 2009, p.52), para o Brasil, a América do Sul não é uma opção e, sim, para falar com Ortega y Gasset, a “circunstância” do nosso *eu* diplomático.

Em 1991, na I Cúpula do MERCOSUL (CMC) realizada em Brasília, os quatro presidentes dos países membros aprovaram o Sistema de Controvérsias, conhecido como Protocolo de Brasília, que estabelece três mecanismos extrajudiciários de solução: negociação, conciliação e arbitragem. Em 1992, os países do MERCOSUL aprovam o Cronograma de Las Lenãs, que define prazos para o cumprimento dos compromissos fixados no Tratado de Assunção (GARCIA, 2005, p. 248).

Buscando aprofundar o processo, em 1994, foi assinado o Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção (Protocolo de Ouro Preto), que estabelece a estrutura institucional do bloco. O Protocolo entrou em vigor em 1995, dotando o MERCOSUL de personalidade jurídica internacional, o qual permanece como agrupamento de natureza intergovernamental com processo decisório fundado na regra do consenso. O elemento intergovernamental predominou nas origens do MERCOSUL e predomina, apesar dos ajustes realizados desde a criação do bloco. Há um esforço persistente no aprofundamento de seus mecanismos de consulta e de concertação de políticas comuns. A tradição política dos países sul-americanos e permanência de assimetrias explicam esses fenômenos de concertação. O Protocolo de Ouro Preto estabeleceu como objetivos a implementação da Tarifa Externa Comum no prazo de 10 anos, o prazo limite seria 2006, a consolidação da união aduaneira e o compromisso de estabelecer acordos extrarregionais com o MERCOSUL como núcleo de posições comuns em negociações comerciais.

O MERCOSUL, na sua criação inicial e mesmo depois de sua formalização em Ouro Preto, aproveita o aprendizado da época da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC). De acordo com (ALTEMANI DE OLIVEIRA e LESSA, 2006, p.71), fala-se muito em Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), mas, na verdade, a base do acordo tem sua origem nos erros e acertos ocorridos entre 1960 e 1980 com a ALALC. A ideia integracionista avançou em duas fases: a fase Cepal- Alalc (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe- Associação Latino-Americana de Livre Comércio), anterior à integração do Cone Sul, e a fase ALADI-MERCOSUL (Associação Latino Americana de Integração – Mercado Comum do Sul), marcada por impulsos decisivos de integração (CERVO, 2008, p.159).

O Protocolo de Ouro Preto de 1994 consolida o bloco em termos institucionais e corresponde a uma fase de aumento do comércio intrarregião principalmente entre o eixo Brasil e Argentina. O aumento das relações comerciais pendurará até a crise cambial brasileira e a complexa crise institucional Argentina. Os avanços no campo político do bloco, no período, são representados pela incorporação do Chile e da Bolívia como Estados associados, em 1996 e 1997, respectivamente, o que não deixa de representar um adicional de comércio para o MERCOSUL. Assinado em 1996, em San Luis, Argentina, durante a X Cúpula do MERCOSUL, esses passam a ser membros associados do agrupamento regional. É aprovada, na mesma oportunidade, a Declaração Presidencial sobre o compromisso democrático dos países do MERCOSUL, que está na origem da chamada “cláusula democrática” (GARCIA, 2005, p. 257). A declaração Presidencial resultou no Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático e a Declaração de Zona de Paz (cláusula democrática) que entrou em vigor em 2002.

Em 1995, é assinado, em Madri, o Acordo Quadro de Cooperação Inter-regional entre MERCOSUL e a União Europeia (EU). A EU é o principal parceiro comercial dos países do MERCOSUL. O acordo previu uma liberalização progressiva dos fluxos comerciais recíprocos. (GARCIA, 2005, p. 256). O objetivo seria estabelecer mecanismos para se chegar, mais tarde, a uma associação inter-regional ou a uma integração mais efetiva entre MERCOSUL e EU. O tema dos subsídios agrícolas sempre são sensíveis e prioridade aos países do MERCOSUL, mas exigem mudanças da Política Agrícola Comum (PAC), tema de controvérsias, inclusive, na Organização Mundial do Comércio.

Em 1998, foi firmado, em Buenos Aires, acordo-quadro para a criação de uma zona de livre comércio entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina (CAN), que estabelece, como etapa prévia, a negociação de um acordo de preferências tarifárias fixas entre os dois agrupamentos sub-regionais” (GARCIA, 2005, p. 261). Esse acordo aproxima grupos com perspectivas diferentes de integração regional. Nesse aspecto reside sua importância política. As diferenças enunciam-se em diferentes entendimentos acerca dos modelos de desenvolvimento e de inserção internacional das nações de cada grupo.

Em 1998, O Brasil, pressionado pela crise econômica internacional, assina acordo com o FMI para a obtenção de um pacote de ajuda financeira de US\$ 41,5 bilhões. No ano seguinte, há mudança da política cambial brasileira e desvalorização

do real frente ao dólar. O câmbio irá flutuar pela primeira vez desde o início do Plano Real em 1994. (GARCIA, 2005, p. 264). A complexa crise institucional na Argentina, em 2001 e 2002, causou desmonte de parte da burocracia estatal. Ambos os acontecimentos estremeceram o processo de integração. Como afirma (CERVO e BUENO, 2008, p. 512), as relações entre Brasil e Argentina foram afetadas pela desvalorização do real em 1999 e mais ainda pela profunda crise econômica e social da Argentina em 2001-2002.

Em 2001, é realizada em Brasília, por iniciativa brasileira, a I Reunião de Presidentes da América do Sul, congregando pela primeira vez todos os líderes sul-americanos. São discutidos, entre outros, temas políticos, comerciais e de integração física por meio de 12 eixos de integração e desenvolvimento. É lançada a Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), com o objetivo de implementar projetos nas áreas de energia, transportes e telecomunicações. Seu objetivo é impulsionar projetos (novos e ampliar existentes) de infra-estrutura segundo critérios e princípios estabelecidos, identificando fórmulas inovadoras de apoio financeiro de maneira a estimular a participação de investidores privados e a mobilizar todos os recursos possíveis. A IIRSA agrupa projetos selecionados e enviados pelos governos dos países da região em uma ampla carteira, chamada carteira consensuada, atualmente com 506 projetos, com investimento estimado em US\$ 68 bilhões (cerca de 3,5% do PIB da região). A carteira serve como referência de projetos demandados para a integração e pelos países, incluindo em grande parte projetos direcionados a questões internas dos países e à conexão ao mercado global (PADULA, 2008, p. 19).

Apesar da ascensão na América do Sul de governos comumente denominados como antineoliberais (de “esquerda moderada” ou de “esquerda radical”), nacionalistas e integracionistas, o regionalismo aberto segue predominante no debate político e econômico sobre integração regional, inclusive influenciando a visão sobre infra-estrutura (PADULA, 2008, p. 19). Consoante (CEPAL, 1994), o regionalismo aberto teria na liberalização comercial intrarregional um difusor de tecnologia, de renda e de desenvolvimento, promovendo, dessa maneira, um mundo mais homogêneo materialmente. Dessa maneira, de acordo com (PADULA, 2008, p.20), devido aos seus princípios e critérios, concluímos que, salvo em pontualidades, a IIRSA tende a eleger obras de infra-estrutura voltadas para fora, dispersas pela região, sem levar à frente projetos estruturantes (indutores de outros

projetos) e sem garantir qualquer organicidade entre as obras, acentuando o padrão histórico regional.

Nesse intuito, se a IIRSA se estabelecesse para aprofundar o processo de integração, sob outra ótica diferente da suposta pelo regionalismo aberto, as obras de infraestrutura se concentrariam primordialmente em projetos voltados para dentro, para que a infraestrutura integre os mercados das economias nacionais sul-americanas, bem como suas cadeias produtivas e de distribuição.

Em 2001, por ocasião da visita ao Brasil do presidente sul-africano, Thabo Mbeki, é assinado em Florianópolis, durante a Cúpula do MERCOSUL, o Acordo Quadro MERCOSUL-África do Sul. O acordo definiu o marco institucional das futuras negociações de uma área de livre comércio entre o MERCOSUL e aquele país. Notadamente, o MERCOSUL vem aumentando seu número de relações com outras regiões, ampliando, dessa maneira, sua ação e peso econômico.

Um dos maiores avanços institucionais da década de 2000, para o grupo Mercado Comum do Sul, foi a aprovação, em 2002, do Protocolo de Olivos para Solução de Controvérsias no MERCOSUL, que veio a substituir o Protocolo de Brasília de 1991. Para tanto, é criado em Assunção um Tribunal Arbitral Permanente de Revisão. O Protocolo de Olivos entrou em vigor em 2004. Apesar de se existir desde 1994 um Procedimento Geral de Reclamações, o Protocolo de Olivos representou um salto qualitativo nos mecanismos de solução de controvérsias do grupo. Com o Tribunal de Revisão, contenciosos entre os países membros podem ser resolvidos localmente sem ter que serem levados ao Órgão de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Mais países estreitaram relações com o MERCOSUL. O Peru, em 2003, e, em 2004, a Colômbia, o Equador e a Venezuela formalizam acordos de Estado-associado. Em 2009, o parlamento brasileiro aprovou a entrada da Venezuela no bloco, permanecendo pendente no parlamento paraguaio. Em 2012, a Venezuela foi admitida no MERCOSUL, após o Paraguai ser suspenso devido à não-observância da cláusula democrática, ou Protocolo de Ushuaia. A presença da Venezuela no MERCOSUL é motivo de controvérsias, dado que a Venezuela mantém projetos de integração regional na América do Sul que se mostram sobrepostos aos brasileiros, notadamente a Aliança Bolivariana para as Américas. Com efeito, acolhendo proposta venezuelana, os três presidentes em seus frequentes encontros paralelos conversam acerca de projetos de infraestrutura, como o gasoduto da América do

Sul, a estender-se da Venezuela à Patagônia, e de grandes empreendimentos regionais, como a criação da Petrosul, para coordenar a cooperação na área energética, da Telesul, na área das comunicações, e do Bancosul, na área financeira (CERVO, 2008, p.173).

Para lidar com as contrastantes assimetrias econômicas e sociais presentes nos países do bloco, foi criado em 2004 e estabelecido em 2005 o Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM). O FOCEM recebe contribuições das economias dos países membros e as redistribui segundo as necessidades dos países, levando-se em conta seus recursos e demandas.

Em 2007, o comércio Brasil-Argentina passou a ser feito em moeda local. Criou-se um sistema de créditos e débitos no que passou a ser referido como Sistema de Moeda Local.

O MERCOSUL é entendido como um mecanismo de preservação da vocação industrial das economias do bloco. A conturbada década de 1990 delineou novas prioridades para o MERCOSUL. Segundo (CERVO, 2008, p.168), entre os dois países eixos, um quer aprofundar o MERCOSUL e realizar em seu seio os objetivos da recuperação econômica, outro utilizá-lo para promover interesses regionais e globais, tanto econômicos quanto políticos.

A discussão sobre o sucesso do MERCOSUL é polarizada e não demonstra abordagens menos ecléticas sobre o processo de integração, que é extremamente complexo e gerador das mais diversas expectativas. O bloco construiu certa unicidade nas negociações comerciais com outros países extrarregionais, como era um objetivo em sua criação, à maneira feita pela EU nas negociações da OMC, em que a União vota em bloco como uma pessoa jurídica. Um exemplo dessa postura se observou em

Nas discussões finais da Alca, em Miami em 2003 e Puebla 2004, viu-se um Mercosul unido, com uma linguagem única nas discussões e decisões a serem tomadas. (ALTEMANI DE OLIVEIRA e LESSA, 2006, p.74).

O comércio intrabloco aumentou expressamente, com furtivas quedas devido às razões econômicas expressas nesse estudo. A evolução do comércio pode ser acompanhada na tabela a seguir:

4.1 Intercâmbio Comercial Brasileiro - MERCOSUL

Ano	Exportação			Importação			Resultados		
	US\$ F.O.B. (A)	Var. %	Part.(**) %	US\$ F.O.B. (B)	Var.(*) %	Part.(**) %	Saldo (A-B)	Corrente Comércio (A+B)	Cobertura (A/B)
1989	1.379.717.221	---	4,01	2.191.679.110	---	12	-811.961.889	3.571.396.331	0,63
1990	1.320.244.279	-4,31	4,2	2.311.826.777	5,48	11,19	-991.582.498	3.632.071.056	0,57
1991	2.309.352.601	74,92	7,3	2.242.704.519	-2,99	10,66	66.648.082	4.552.057.120	1,03
1992	4.097.469.283	77,43	11,45	2.228.563.468	-0,63	10,84	1.868.905.815	6.326.032.751	1,84
1993	5.386.909.641	31,47	13,97	3.378.254.340	51,59	13,38	2.008.655.301	8.765.163.981	1,59
1994	5.921.475.981	9,92	13,6	4.583.270.397	35,67	13,86	1.338.205.584	10.504.746.378	1,29
1995	6.153.768.222	3,92	13,23	6.843.923.909	49,32	13,7	-690.155.687	12.997.692.131	0,9
1996	7.305.281.948	18,71	15,3	8.301.547.326	21,3	15,56	-996.265.378	15.606.829.274	0,88
1997	9.045.110.950	23,82	17,07	9.426.133.443	13,55	15,78	-381.022.493	18.471.244.393	0,96
1998	8.878.233.843	-1,84	17,36	9.416.203.081	-0,11	16,3	-537.969.238	18.294.436.924	0,94
1999	6.778.178.415	-23,65	14,12	6.719.244.536	-28,64	13,63	58.933.879	13.497.422.951	1,01
2000	7.739.599.181	14,18	14,04	7.796.208.525	16,03	13,96	-56.609.344	15.535.807.706	0,99
2001	6.374.455.028	-17,64	10,94	7.009.674.042	-10,09	12,61	-635.219.014	13.384.129.070	0,91
2002	3.318.675.277	-47,94	5,49	5.611.720.224	-19,94	11,88	-2.293.044.947	8.930.395.501	0,59
2003	5.684.309.729	71,28	7,77	5.685.228.972	1,31	11,76	-919.243	11.369.538.701	1
2004	8.934.901.994	57,19	9,24	6.390.492.978	12,41	10,17	2.544.409.016	15.325.394.972	1,4
2005	11.746.011.414	31,46	9,91	7.053.699.272	10,38	9,58	4.692.312.142	18.799.710.686	1,67
2006	13.985.828.343	19,07	10,15	8.967.386.709	27,13	9,82	5.018.441.634	22.953.215.052	1,56
2007	17.353.576.477	24,08	10,8	11.624.752.344	29,63	9,64	5.728.824.133	28.978.328.821	1,49
2008	21.737.308.031	25,26	10,98	14.934.111.721	28,47	8,63	6.803.196.310	36.671.419.752	1,46
2009	15.828.946.773	-27,18	10,35	13.107.441.700	-12,23	10,26	2.721.505.073	28.936.388.473	1,21
2010	22.601.500.959	42,79	11,19	16.620.151.158	26,8	9,14	5.981.349.801	39.221.652.117	1,36
2011	27.852.507.305	23,23	10,88	19.375.753.337	16,58	8,56	8.476.753.968	47.228.260.642	1,44
2012	22.801.529.665	-18,13	9,4	19.250.631.386	-0,65	8,63	3.550.898.279	42.052.161.051	1,18

Obs: (*) VAR % => CRITÉRIO DE CÁLCULO:

Anual = Sobre o ano anterior na mesma proporção mensal / Mensal = Sobre o mês anterior.

(**)PART. % => Participação percentual sobre o Total Geral do Brasil.

Fonte: Secex. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

Para o Brasil, o MERCOSUL tem sido importante economicamente, os números do comércio mostram isso. Mas essa integração tem um objetivo maior, é também um projeto de alcance político (ALTEMANI DE OLIVEIRA e LESSA, 2006, p.74). O MERCOSUL é uma instância que legitima a ação brasileira na América do Sul. Nesse sentido, a projeção política nacional se expande da dimensão regional

para a dimensão global.

O fundador brasileiro, senador José Sarney, lamenta, em 2004, o desvio da integração para o exclusivismo comercial à época de Meném e Collor de Melo: “foi por água abaixo a visão da integração política, cultural, e física e uma comunidade de nações...” (CERVO, 2008, p.168). Opinião que não mais se sustenta, haja vista as inúmeras iniciativas que buscam aproximar as sociedades dos países membros mantendo o pano de fundo da integração regional. Esse envolvimento da sociedade civil com os temas de negociação externa só começou a existir de forma mais expressiva – no caso da sociedade brasileira – a partir do processo de formação do MERCOSUL, e tem se intensificado, principalmente, como resultado da articulação de diversos segmentos empresariais em relação às negociações para a formação da ALCA (BAUMANN, 2004, P. 177). São exemplos dessas iniciativas a IIRSA na integração física, o FOCEM na convergência material disponível, o Tribunal Arbitral Permanente de Revisão acerca da solução de controvérsias.

A árdua recuperação argentina e sua nova política econômica; a política econômica semi ortodoxa no Brasil; a sensação de desequilíbrio de benefícios de que se ressentem Uruguai e Paraguai; e, finalmente, os esforços americanos de negociação da Alca e, mais recentemente, de acordos bilaterais de livre comércio fizeram reacender o debate sobre os méritos e desvantagens no nível do MERCOSUL e no nível da América do Sul (GUIMARÃES, 2006, p.367). Não obstante, a aproximação entre as sociedades desde o fim dos regimes de exceção é notável. Hodiernamente, além do acréscimo do comércio, há uma maior difusão de informações acerca das sociedades mercosulinas. Os mercados editoriais exibem publicações de vários países, facilitando o acesso à produção sul-americana. O turismo intrabloco aumentou e mostra-se como um dos mais poderosos mecanismos de autoconhecimento das sociedades envolvidas.

A questão internacional mais importante que se coloca para a América Latina no alvorecer do século XXI continua sendo a de buscar mecanismos para superar a diferença que separa a região das áreas mais desenvolvidas do planeta. (ALTEMANI DE OLIVEIRA e LESSA, 2006, p.68). O desenvolvimento das sociedades é o vetor comum que cimta as iniciativas de integração perpetradas pelo MERCOSUL. Desenvolvimento que exige crescentemente a participação dos países limítrofes da

América do Sul. O entendimento de que não é benéfico crescer isoladamente alivia o país de problemas como o de migrações e de especialização regional. A sociedade brasileira, como a das nações mercosulinas, acredita no potencial do bloco, quando lança iniciativas frente aos desafios que a economia global impõe.

5 A INICIATIVA DO FOCEM

Os Estados partes que conformam o MERCOSUL compartilham uma comunhão de valores que encontra expressão em suas sociedades democráticas, pluralistas, defensoras das liberdades fundamentais, dos direitos humanos, da proteção do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, bem como seu compromisso com a consolidação da democracia, a segurança jurídica, o combate à pobreza e o desenvolvimento econômico e social com equidade.

Para tanto, o desenvolvimento econômico díspare entre os países membros do MERCOSUL exige por parte do grupo um Fundo que materialize a vontade, no sentido, de diminuir as assimetrias materiais intrabloco. O Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul, nessa seara, é destinado a financiar projetos em benefício das economias menos favorecidas do Mercosul. Constitui, desde sua criação em 2005 e ativação em 2006, com a Decisão do Conselho do Mercado Comum de 19 de junho de 2005, do primeiro instrumento financeiro do bloco com objetivo de contribuir para a redução de assimetrias.

Consoante Pautasso (2012, p.1), trata-se de um mecanismo institucional para reduzir as desigualdades regionais e, com isso, aprofundar a coesão do Mercosul. Mais do que uma iniciativa pontual, o fundo revela uma mudança de perspectiva sobre a integração regional desencadeada a partir da crise do Mercosul (1999-2001). Essa foi, sobretudo, a crise da concepção de integração baseada predominantemente no estímulo comercial intrabloco por meio da redução tarifária.

A criação do FOCEM é reveladora da nova perspectiva de integração regional que a diplomacia brasileira tem impulsionado. Desde sua criação o Fundo baseia-se na experiência dos Fundos Europeus, notadamente nos Fundos Estruturais (Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola, Fundo Social Europeu e Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) e no Fundo de Coesão. São iniciativas direcionadas à promoção de formas mais substantivas de articulação entre as economias, o que implica buscar soluções às disparidades dos membros do bloco em questão (PAUTASSO, 2012, p.5). No contexto Sul-Americano, especificamente o caso do FOCEM, o fundo de caráter regional foi organizado com a previsão de recursos a fundo perdido, ainda que também, como no caso Europeu, voltado à redução de assimetrias entre os países.

Com esse objetivo, o FOCEM opera em quatro grandes áreas: i)

aperfeiçoamento da infraestrutura e da logística, com os Programa de Convergência Estrutural; ii) a integração e o resbutecimento das cadeias produtivas, com o Programa de Desenvolvimento da Competitividade; iii) a qualificação dos indicadores sociais, com o Programa de Coesão Social; e iv) o aprimoramento da gestão e das normas regionais, com o Programa de Fortalecimento da Estrutura Institucional e do Processo de Integração.

As obras e políticas públicas implementadas têm buscado integrar a infraestrutura, no intuito de ampliar a mobilidade e o fluxo de fatores de produção no bloco. Os investimento nas estruturas produtivas visam combater as assimetrias presentes entre o Brasil e os demais países parceiros. O combate das disparidades sociais é uma forma de conferir legitimidade ao processo integracionista, o que confere horizontes de melhor bem-estar material às economias menores que podem ter pouco interesse no processo regional de integração. A fluidez do processo transpassa pelo fortalecimento institucional do bloco, pois é o meio de proporcionar eficácia e eficiência às políticas publicas executadas.

Ao Brasil, como maior economia do bloco, cabe o protagonismo político para fazer avançar a integração, impulsionando aprofundamentos institucionais e ações voltadas ao longo prazo. Mais que isso, o desejo de financiar o desenvolvimento regional é, sobretudo, do interesse brasileiro, uma vez que não convém o convívio limítrofe com países vulneráveis. O FOCEM surgiu em um momento de grande insatisfação das duas menores economias do Mercosul , tal que os dois maiores beneficiados com recursos do fundo são exatamente os países que ameaçavam desestruturar o bloco. Com efeito, os problemas desdobrados do arranjo assimétrico implicam desafios econômicos e políticos. Tráfico de drogas e armas, contrabando, migrações, evasão são exemplos dos desafios inerentes à desigualdade material das diferentes sociedades mercosulinas.

Tabela 5.1 Mercosul Indicadores Básicos Seleccionados - 2012

	População (milhares)	PIB (PPP, em bilhões US\$)	PIB <i>per capita</i> (PPP, em US\$)
Brasil	198.656	2.252,66	11.720
Argentina	41.086	474,86	11.740
Uruguai	3.395	49,05	15.570
Paraguai	6.687	25,50	5.610
Venezuela	29.95	382,42	13.120

Fonte: World Bank

Ao se analisarem os indicadores acima, população, PIB e PIB per capita, do ano de 2012, percebe-se facilmente o desnível existente entre o Brasil e os demais países do MERCOSUL, em níveis econômicos e populacionais. Com uma população de mais de 70% daquela do MERCOSUL e um PIB superior a 65% do conjunto de países do bloco, o Brasil se destaca, a princípio, como o gigante protagonista do projeto de integração, com indicadores que se sobressaem aos demais países. Contudo, tomando-se o PIB per capita para análise, tem-se um quadro no qual, não obstante a sustentada melhora desse indicador no Brasil nos últimos anos, o Uruguai apresenta o mais expressivo resultado, seguida da Venezuela e Argentina, em PIBs medidos pela PPP (teoria da paridade do poder de compra). Dessa forma, ao contrário de outros processos, onde os tamanhos e graus de desenvolvimento das economias nacionais tendem a coincidir, no Mercosul observa-se que o maior país em “tamanho” populacional e econômico não se apresenta igualmente descolado do bloco quando se discute em PIB per capita.

Tabela 5.2 Mercosul - Desenvolvimento Humano e Desigualdades - 2012

	IDH	Ranking IDH	Índice de Gini*
Brasil	0,730	85	54,7
Argentina	0,811	45	46,1
Uruguai	0,792	51	46,3
Paraguai	0,669	111	51,0
Venezuela	0,748	71	44,8 ¹

Fonte: PNUD 2012.

*World Bank 2009.

¹Ano de referência 2006.

Ao se analisar o IDH e o índice de Gini dos países do Mercosul, tem-se uma repetição do ordenamento observado para o PIB per capita: o Brasil apresenta o pior indicador de desigualdade do bloco, ficando atrás até mesmo do Paraguai. Em 2012, o Brasil apresentava IDH de 0,730, sendo o 85º no ranking do PNUD, enquanto a Argentina, com IDH de 0,811, estava na 45ª posição, e o Uruguai, com IDH de 0,792, na 51ª posição do ranking. O Paraguai aparecia na 111ª posição, com IDH de 0,669. No que se refere ao índice de Gini, que mensura o nível de concentração de renda no país, o Brasil coloca-se como o país com maior desigualdade doméstica entre os membros do Mercosul, tendo imediatamente o Paraguai atrás. Em suma, pode-se observar que o Brasil vem melhorando nos últimos anos seus indicadores socioeconômicos, contudo, em muitos deles continua a se posicionar atrás de Argentina e Uruguai, por exemplo, no que concerne a indicadores como PIB per capita, IDH e Gini. Por mais que os dados agregados tenham melhorado, os índices obscurecem desigualdades entre os membros que são por vezes amplamente implicantes ao processo de integração.

Estabelecido por contribuições anuais – não reembolsáveis- no total anual de US\$ 100 milhões. O Fundo, em 10 anos, tornará disponíveis recursos totais de quase US\$ 1 bilhão. Os membros do Mercosul contribuem nas seguintes proporções: Brasil, 70%; Argentina, 27%; Uruguai, 2%; e Paraguai, 1%. Esses percentuais são revistos regularmente e serão revistos com o ingresso da Venezuela no MERCOSUL. Desde que começou a funcionar em 2007, foram aprovados 43

projetos do FOCEM, em um total de 1,38 bilhão de dólares; 17 projetos localizam-se no Paraguai, totalizando 624 milhões de dólares, e compreendem obras para distribuição de energia elétrica, saneamento urbano, rodovias, habitações para famílias de baixa renda, entre outros integração (Nota nº 219, MRE).

Tabela 5.3 Fundos - Critérios de Origem

Brasil	70%
Argentina	27%
Uruguai	2%
Paraguai	1%

Fonte: FOCEM

O fundo cofinancia os projetos submetidos por cada país-membro, contudo, a distribuição dos recursos totais entre os países é predeterminada, no sentido inverso, da seguinte maneira, o Paraguai receberá 48% do aporte total; o Uruguai, 32%; a Argentina e o Brasil receberão, ambos, cada um, 10%.

Tabela 5.4 Fundos - Critérios de Destino

Brasil	10%
Argentina	10%
Uruguai	32%
Paraguai	48%

Fonte: FOCEM

O Paraguai é o maior receptor, seguido do Uruguai, dos empreendimentos do FOCEM. Trata-se do único mecanismo regional de financiamento da América Latina com recursos transferidos a fundo perdido, sem pagamento de juros ou reembolso

do principal. Os projetos a serem aprovados pelo Fundo têm de promover a convergência estrutural, a competitividade, a coesão social, em particular das economias menores e regiões menos desenvolvidas, e apoiar o funcionamento da estrutura institucional e o fortalecimento do processo de integração (Nota nº 219, MRE).

Os países, de acordo com o site do Fundo, mantêm, hodiernamente, os seguintes projetos nos países:

- ARGENTINA

FICHA COF 07-10

Vínculo de Interconexão em 132 kV ET Iberá – ET Paso de los Libres Norte

FICHA COF 08-10

Intervenções Integrais nos Edifícios de Ensino Obrigatório nos Departamentos General Obligado, Vera, 9 de Julio, Garay e San Javier – Província de Santa Fe

FICHA COF 09-10

PMES Exportadoras de bens de capital, plantas chave em mão e serviços de engenharia

FICHA DEC.CMC N° 45/10

Polo de desenvolvimento local e regional da Universidad Nacional Arturo Jauretche no município de Florencio Varela

- Brasil

FICHA COF 01-10

Projeto de Implantação da Biblioteca UNILA - BIUNILA e do Instituto MERCOSUL de Estudos Avançados - IMEA, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA

FICHA COF 10-10

Adensamento e Complementação Automotiva no âmbito do MERCOSUL

FICHA COF 11-10

Qualificação de Fornecedores da Cadeia Produtiva de Petróleo e Gás

FICHA COF 06/11

Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Ponta Porã - MS

FICHA DEC-CMC N° 51/10

Obras de Engenharia do Sistema de Esgotamento Sanitário da Cidade de São Borja-RS

- Paraguai

FICHA COF 01/07

MERCOSUL-Habitat de Promoção Social, Fortalecimento de Capital Humano e Social em assentamentos em condições de pobreza

FICHA COF 02/07

MERCOSUL ROGA

FICHA COF 03/07

Reabilitação e melhoramento de estradas de acesso e anéis viários da Grande Assunção

FICHA COF 04/07

Programa de Apoio Integral a Microempresas

FICHA COF 05/07

Laboratório de Biossegurança e Fortalecimento do Laboratório de Controle de Alimentos

FICHA COF 06/07

Reabilitação de Corredores Viários

FICHA COF 01/08

Construção e Melhoramento de Sistemas de Água Potável e Saneamento Básico em Pequenas Comunidades Rurais e Indígenas do País

FICHA COF 02/08

Recapeamento Asfáltico do Trecho Alimentador da Rota 8, Corredor de Integração Regional, Rota 8 – San Salvador – Borja – Iturbe y Ramal a Rojas Potrero

FICHA COF 03/08

Desenvolvimento de Produtos Turísticos Competitivos na Rota Turística Integrada Iguazú-Misiones, Atração Turística do MERCOSUL

FICHA COF 04/08

Pavimentação asfáltica sobre empedrado do trecho alimentador das Rotas 6 e 7, corredores de integração regional, Presidente Franco - Cedrales

FICHA COF 05/08

Pavimentação asfáltica sobre empedrado do trecho alimentador da Rota 2, corredor de integração regional, Itacurubi de la Cordillera – Valenzuela – Gral. Bernardino Caballero

FICHA COF 06/08

Recapeamento do trecho alimentador das Rotas 1 e 6, corredores de integração regional, Rota 1 (Carmen del Paraná) – La Paz, Rota Graneros del Sur

FICHA COF 07/08

MERCOSUL YPORÃ - Promoção de acesso a água potável e saneamento básico em comunidades em situação de pobreza e extrema pobreza

FICHA COF 03/10

Construção da Linha de Transmissão 500 kv Itaipu-Villa Hayes, a Sub-Estação Villa Hayes e a Ampliação da Sub-Estação Margem Direita Itaipu

FICHA COF 04/10

Desenvolvimento Tecnológico, Inovação e Avaliação da Conformidade – DeTIEC

FICHA COF 05/10

Reabilitação e Pavimentação Asfáltica do Trecho Concepción – Puerto Vallemí

FICHA DEC.CMC N° 06/12

Construção da Avenida Costeira Norte de Assunção - 2ª Etapa (11,522 Km)

- Uruguai

FICHA COF 08/07

Rota 26 - trechos Melo - “Arroyo Sarandi de Barceló”

FICHA COF 09/07

Internacionalização da especialização produtiva, desenvolvimento e capacitação tecnológica dos setores de software, biotecnologia, eletrônica e suas respectivas cadeias de valor.

FICHA COF 10/07

Economia Social de Fronteira

FICHA COF 11/07

Desenvolvimento de Capacidades e Infra-estrutura para Classificadores Informais de Resíduos Urbanos nas Localidades do Interior do Uruguai

FICHA COF 12/07

Intervenções Múltiplas em Assentamentos Localizados em Territórios de Fronteira com Situações de Extrema Pobreza e Emergência Sanitária, Ambiental e Habitacional

FICHA COF 13/07

Rota 12: Trecho de conexão Rota 54 – Rota 55

FICHA COF 02/10

Interconexão Elétrica de 500 MW Uruguai-Brasil

FICHA COF 02/11

Reabilitação de Ferrovia, linha Rivera: Ttrecho Pintado (Km 144) – Fronteira (Km 566)

FICHA DEC.CMC N° 23/11

Internacionalização da especialização produtiva - desenvolvimento e capacitação tecnológica dos setores de software, biotecnologia e eletrônica e suas respectivas

FICHA DEC.CMC N° 43/12

Reabilitação de ferrovia II, (trechos Piedra Sola–Tres Árboles–Algorta–Paysandú, Queguay–Salto–Salto Grande)

O Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul substanciou um instrumento de promoção do desenvolvimento nas economias menores do bloco apropriado para esse fim, uma vez que não havia instituições financeiras de fomento no arranjo institucional mercosulino. Apropriado porque não é intermediado por nenhum sistema financeiro das economias-parte do bloco, sendo administrado de maneira conjunta pelos membros. A estrutura de crédito vigente será alterada com a entrada da Venezuela no Mercosul, ao que tudo indica, será ampliado frente à evidente limitação dos recursos, se comparado às demandas por projetos e iniciativas dos países assimétricos.

Em concordância com Tessari (2012, p.3), a estrutura do fundo, seu modelo de distribuição de recursos e a forma como vem sendo implementado desde a sua criação apontam também para a sua função como elemento de estabilização do processo de integração por meio da diminuição da insatisfação dos sócios menores com seus resultados.

6 O BALANÇO DA CONVERGÊNCIA , CONCLUSÕES ACERCA DO PROCESSO INTEGRACIONISTA E O FUNDO DE CONVERGÊNCIA

O processo de integração não é um processo novo ou incipiente, pois remonta à década de 1940, quando da criação pela Organização das Nações Unidas (ONU) da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), passando pela Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), pela Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) na década de 1980, pela Declaração de Iguazu em 1985, e finalmente pelo Tratado de Buenos Aires e o Tratado de Assunção na década de 1990 que constituiu o MERCOSUL. As duas décadas de integração (1991-2013) revelam muito sobre a dinâmica de integração Latino-Americana. O MERCOSUL, um dos inúmeros esforços diplomáticos nesse contexto, tem exposto suas contradições e percalços, desentendimentos sobre perspectivas de integração, assimetrias internas, competições intrabloco e sofrido pressões internacionais das mais variadas.

Dessa maneira, o MERCOSUL repercutiu as diferentes forças internas e internacionais que moldaram as iniciativas que fomentaram a institucionalização da integração regional. De um lado, a materialização do esforço invertido na aproximação Brasil-Argentina em razão do Tratado Tripartite (1979), que suplantou os litígios sobre o potencial energético do Rio Paraná. O acordo de Cooperação Nuclear com a Argentina (1980) que mitigou e dirimiu as desconfianças mútuas no plano estratégico-militar de segurança. O apoio brasileiro na Guerra das Malvinas (1982). De outro, a iniciativa da diplomacia brasileira de transformar o projeto de integração regional em uma resposta ao estreitamento de possibilidades de atuação do Brasil no plano internacional possível no contexto de hiperinflação, endividamento e desmonte do estado nas décadas de 1980 e 1990.

Há grandes diferenças entre as economias que compõem o MERCOSUL, mesmo sendo formado por países em desenvolvimento. As disparidades são notáveis quando, em 2012, o produto interno bruto (PIB) brasileiro registrou 2.552 bilhões de dólares aproximadamente, o argentino Argentina chegou a 475 bilhões de dólares, Paraguai e Uruguai atingiram 25 e 50 bilhões de dólares, respectivamente. A ampla assimetria, que pode ser comprovada por uma série de dados, não só

macroeconômicos, mas também territoriais e populacionais, gera dificuldades concretas ao avanço e realização dos objetivos mercosulinos, principalmente, por se tratarem de países com graves problemas em áreas fundamentais como saúde, infraestrutura, educação, além de disporem de poucos recursos para contorná-los.

Até a crise institucional (1999-2001), o modelo de integração implementado pelos países-membros do MERCOSUL era essencialmente comercial, integrado ao mundo globalizado, entusiasta da diminuição de alíquotas, concentrada em medidas de integração positiva, isto é, que interferissem o mínimo nas economias nacionais. O FOCEM proporcionou às economias menores o benefício de investimentos com o processo de integração. Esse é um mecanismo caro à política no âmbito do Mercosul, sendo considerado um de seus princípios. O fundo aumenta o grau de concertação do arranjo integracionista, ainda que faltem recursos frente à necessidade de financiamento das economias em desenvolvimento. Em suma, o maior entendimento expresso é que a redução das assimetrias ultrapassa os interesses comerciais, à medida que impacta diretamente sobre a estabilidade e consecução dos objetivos do bloco.

Em encontro com Tessari (2012, p.15), o principal aspecto positivo em se tomar os governos subnacionais como referência para implementação de projetos reside em respeitar as especificidades internas de cada país, principalmente quando se trata de um bloco formado por países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. No caso do Brasil, por exemplo, mesmo o país tendo a maior e mais consolidada economia do Mercosul, muitas de suas regiões possuem níveis de desenvolvimento inferiores aos de regiões do Paraguai, país mais pobre do bloco.

A utilização de outros indicadores poderia modificar esta ordem, no caso, como a adoção, do PIB per capita, que colocaria o Uruguai à frente do Brasil e, portanto, o obrigaria a contribuir mais que esse país para o fundo. Não obstante, essa proposta colidiria com as intenções do bloco. O MERCOSUL é extremamente importante para as políticas externa do Brasil e da Argentina, mas, por outro lado, as atuações dos dois países transparecem a preocupação com as economias menores que poderiam emperrar o processo, caso esse não lhes fosse benéfico e compensador. Ademais, o aprofundamento institucional é em parte materializado com o FOCEM.

Os objetivos do FOCEM são promover a convergência estrutural; desenvolver a competitividade; promover a coesão social, em particular das economias menores e regiões menos desenvolvidas, e apoiar o funcionamento da estrutura institucional e o fortalecimento do processo de integração. Apesar das diferentes percepções do processo, quando se avalia a evolução do MERCOSUL e da integração, é inegável que o processo permitiu o surgimento de um clima de confiança, diminuindo rivalidades entre as potências regionais. Possibilitou ainda o crescimento das relações comerciais entre esses países em contexto internacional adverso e rigoroso às economias latino-americanas. Mais importante, estabeleceu fóruns de diálogo e de concertação política para os desafios que não devem diminuir na medida em que o processo avança, pois o aprendizado é parte integrante do projeto mercosulino. Nos 22 anos de existência, indevidamente ofuscado por crises momentâneas, o MERCOSUL harmonizou os interesses de países desiguais em desenvolvimento.

O financiamento do projeto integracionista é a maneira mais eficaz para dirimir rivalidades e impulsionar o protagonismo brasileiro. Aspecto importante, uma vez que o entorno brasileiro é espaço estratégico da ação regional que possibilita a projeção do Brasil no cenário internacional. A integração Sul-Americana é objetivo prioritário da diplomacia na interlocução com outras regiões.

REFERÊNCIAS

ALTEMANI DE OLIVEIRA, Henrique e LESSA, Carlos. **Política Internacional Contemporânea: mundo em transformação**. São Paulo: Saraiva, 2006. 115p.

ALTEMANI DE OLIVEIRA, Henrique e LESSA, Carlos (Orgs.). **Relações internacionais do Brasil: temas e agendas**. São Paulo: Saraiva, 2006. 2v., il. Inclui bibliografia. ISBN v.1 8502060422 : v.2 8502060406 (broch.).

BARBIERO, Alan and CHALOULT, Yves. **O Mercosul e a Nova Ordem Econômica Internacional**. *Rev. bras. polít. int.* 2001, vol.44, n.1, pp. 22-42. ISSN 0034-7329. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292001000100003>.

BAUMANN, Renato. **Economia internacional: teoria e experiência brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 442 p.

BIELSCHOWSKY, R & STUMPO G. A internacionalização da Indústria Brasileira: números e reflexões depois de alguns anos de abertura. In: **O Brasil e a Economia Global**. BAUMANN, R. (org.). Rio de Janeiro: Campus: SOBEET, 1996.

BIELSCHOWSKY, R. Evolución de las ideas de la CEPAL. Santiago de Chile. *Revista de la Cepal*. Santiago de Chile, n. especial, p. 1-45, octob. 1998

CEPAL (1994). **El regionalismo abierto en América Latina y el Caribe**. In Libros de la CEPAL, N°39. Enero de 1994.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/mercosul>>. Acesso em 09/07/2013.

CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 3. ed. Brasília, DF: Editora UnB, 2008. 559 p. Bibliografia: p. 523-559. ISBN 9788523009267 (broch.).

CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008. 295p.

CORAZZA, Gentil. **O “regionalismo aberto da Cepal” e a inserção da América Latina na globalização**. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 135-152, maio 2006

FOCEM. Disponível em <<http://www.mercosur.int/focem>>. Acesso em: 09/07/2013.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Cronologia das relações internacionais do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. 336 p. ISBN 9788585910808 (broch.).

GILPIN, Robert. **O desafio do capitalismo global: a economia mundial no século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2004. 494 p. Inclui índice e bibliografia. ISBN 85-01-06370-3 : (broch.).

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios brasileiros na era dos gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. 455 p. Bibliografia. ISBN 9788585910792.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Mercosul deve ser agência de desenvolvimento**. Carta Maior. http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=20729. Acesso em 15/08/2012.

KRUGMAN, Paul R. **Economia internacional**. 8. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2010. xvii, 554 p., il., graf., tabs. Inclui referências e índice. ISBN 9788588639515 (broch.).

LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. 151 p. MERCOSUL. Disponível em <<http://www.mercosur.int/>> .Acesso em: 13/10/2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Secex. Disponível em <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2081>. Acesso em 09/07/2013.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. O site do Ministério do Planejamento do Brasil detalha as obras em curso, disponível em <<http://www.planejamento.gov.br/secretaria.asp?cat=156&sub=279&sec=10>>. Acesso em 09/07/2013.

NEVES, Renato Baumann. **Economia internacional: teoria e experiência brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 442 p. Inclui bibliografia. ISBN 8535214410 (Broch.).

Nota nº 219, MRE. **Apresentação do Ministro Antonio de Aguiar Patriota em Audiência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal**. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/apresentacao-do-ministro-antonio-de-aguiar-patriota-em-audiencia-na-comissao-de-relacoes-exteriores-e-defesa-nacional-do-senado-federal>. Acesso em 09/07/2013.

PADULA, Raphael. **“Uma concepção de integração regional, papel da infraestrutura e ocupação dos espaços a partir de Friedrich List, Raúl Prebisch, Gunnar Myrdal, Albert Hirschman e Celso Furtado – uma visão crítica ao regionalismo aberto e à IIRSA”**. In VIII Colóquio Latinoamericano de Economistas Políticos / II Coloquio de la SEPLA (Sociedad Latinoamericana de Economía Política y Pensamiento Crítico). Buenos Aires, 2008.

PAUTASSO, Diego. Reorientação na diplomacia brasileira e o FOCEM: outra **perspectiva sobre a integração regional**. Meridiano 47 vol. 13, n. 129, jan.-fev. 2012.

TAVARES, M.C. **A retomada da Hegemonia norte-americana**. Revista de Economia Política. Vol.5, no2, abril-julho, 1985.

TAVARES, Maria da Conceição. **Auge y declinación del proceso de sustitución de importaciones en el Brasil**. Boletín económico de América Latina , Nueva York: Naciones Unidas, v. 9, n. 1, 1964.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira**. 11a ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983, c1972. 263p.

TESSARI, G. R. **Integração Regional, Fundos Estruturais e Estabilidade Institucional no Mercosul: a criação do FOCEM**. Perspectivas, São Paulo, v.42, p.115-137, jul./dez. 2012.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM. Disponível em <<http://hdr.undp.org/en/statistics/>>. Acesso em: 09/07/2013.

WORLD BANK. Disponível em <<http://databank.worldbank.org/data>>. Acesso em: 09/07/2013.